

HABEAS CORPUS Nº 537.522 - PE (2019/0298326-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : YDIGORAS RIBEIRO DE ALBUQUERQUE JUNIOR E OUTRO
ADVOGADOS : MARCELO FLÁVIO TIGRE BARRETO - PE027543
YDIGORAS RIBEIRO DE ALBUQUERQUE JUNIOR -
PE027482
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : JOSÉ DA SILVA MONTEIRO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de JOSÉ DA SILVA MONTEIRO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Depreende-se dos autos que o paciente foi denunciado como incurso nas penas do art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, tendo a ordem sido denegada nos termos do acórdão de e-STJ fls. 9/16

No presente *writ*, os impetrantes buscam "A ANULAÇÃO DO PROCESSO desde o oferecimento da defesa de que trata o Art. 396-A do CPP, por ter desde sua apresentação até à concordância/não oposição ao pleito de desaforamento, cumprido a defensoria pública, com o devido respeito a Douta profissional representante, mero formalismo viciado" (e-STJ fls. 7/8).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* ou pela denegação da ordem (e-STJ fls. 63/66).

É, em síntese, o relatório.

Conforme informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de origem, houve prolação de sentença absolvendo o paciente; a seguir, confira-se o dispositivo da referida decisão (www.tjpe.jus.br, processo n. 0001103-62.2013.8.17.1190):

Ante o exposto, em cumprimento da decisão soberana do Egrégio Conselho de Sentença, declaro a ABSOLVIÇÃO dos acusados. Deixo de expedir alvará de soltura com relação aos acusados CÍCERO MANOEL DO NASCIMENTO e EGNALDO JOSÉ DA SILVA, vez

Superior Tribunal de Justiça

que respondem ao processo em liberdade. Com relação ao acusado JOSÉ DA SILVA MONTEIRO, deve ser expedido contramandado. Transitada em julgado, remetam-se os autos à Comarca de origem para que officie o Instituto de Identificação, remetendo-se os boletins individuais dos acusados e, em seguida, arquivando-se os autos com baixa na distribuição. Dou esta sentença por lida e publicada em plenário e dela intimadas as partes. Registre-se.

Desse modo, é patente que a impetração está prejudicada, por perda superveniente de objeto.

Tal o contexto, com arrimo no art. 34, XX, do Regimento Interno desta Corte, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator